

Cadernos  
**IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
Ano 14 • n° 251 • vol. 14 • 2016



Políticas Públicas, Capitalismo  
Contemporâneo e os horizontes de  
uma Democracia Estrangeira

Francini Lube Guizardi

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



 UNISINOS

# Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira

*Public Policies, Contemporary Capitalism, and the Horizons of a Foreign Democracy*

## Resumo

O ensaio procura analisar a assertiva, realizada por Yann Moulier Boutang, de que o capitalismo cognitivo ainda não dispõe de uma economia política que lhe corresponda. A reflexão tem como ponto de partida a contextualização das transformações e lutas sociais vividas com a terceira revolução tecnológica, em particular no que tange à financeirização da economia capitalista. Questiona-se, em seguida, o lugar das políticas públicas nesse processo histórico. O texto trabalha a hipótese de que persiste no imaginário social uma concepção de política pública ainda referida ao Estado Social, que pouco problematiza suas implicações com a governamentalidade moderna. Para ilustrar o argumento é realizado um rápido estudo de caso sobre o sistema de saúde brasileiro. A questão democrática é então examinada, seguindo a proposta de refletir sobre a economia política contemporânea. Nesse sentido, discute-se o *apartheid* como modo de regulação e contenção da diferença no plano da sociabilidade, argumentando ser este um elemento nevrálgico na articulação do controle às resistências produtivas que se apresentam na atualidade. Por fim, o ensaio busca refletir sobre a necessidade de reinventar o problema da liberdade como horizonte político descolado das fronteiras e *apartheids* instaurados pela ficção jurídica e social da noção de indivíduo, fundamento da soberania nacional, e de suas correlatas fronteiras territoriais e subjetivas.

**Palavras chave:** Democracia; Políticas Públicas; Política de Saúde; Sociabilidade.

## Abstract

The essay seeks to analyze the assertion made by Yann Moulier Boutang that cognitive capitalism does not have yet a corresponding political economy. The reflection assumes as its starting point the contextualization of the social transformations and struggles experienced with the third technological revolution, in particular in relation to the financialization of the capitalist economy. Then it asks about the place of public policies in this historical process. The text works on the hypothesis that a conception of public policy still referred to the Social State persists in the social imaginary, which does little to problematize its implications with modern governmentality. To illustrate the argument, it presents a quick case study of the Brazilian health system. The democratic question is then examined, following the proposal to reflect on the contemporary political economy. In this sense, it discusses the apartheid as a way of regulation and containment of difference in the level of sociability, arguing that this is a central element in the articulation of the control with the productive resistances that are present today. Finally, the essay seeks to reflect on the necessity of reinventing the problem of freedom as a political horizon detached from the borders and the apartheid established by the juridical and social fiction of the notion of individual, the basis of national sovereignty, and its related territorial and subjective boundaries.

**Keywords:** Democracy; Public Policy; Health Policy; Sociability.

Cadernos  
**IHU** *ideias*

**Políticas Públicas, Capitalismo  
Contemporâneo e os horizontes de  
uma Democracia Estrangeira**

Francini Lube Guizardi

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/Brasília

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
ano 14 • nº 251 • vol. 14 • 2016

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 

**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** José Ivo Follmann, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

### Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 251 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** MS Jéferson Ferreira Rodrigues

**Imagem da capa:** Hannibal8height (Pixabay)

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Editores:** Rafael Tarcísio Fomeck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

# POLÍTICAS PÚBLICAS, CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E OS HORIZONTES DE UMA DEMOCRACIA ESTRANGEIRA

*Francini Lube Guizardi*

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/Brasília

O ponto de partida da reflexão que desejamos fazer é a avaliação, feita por Yann Moulier Boutang (2015), de que o capitalismo cognitivo ainda não dispõe de uma economia política que lhe corresponda. A fundamentação imediata desta assertiva recai no fato de que, “se os mercados são cada vez mais globalizados, o quadro institucional transnacional ainda é do pós-guerra”. (ZAMAGNI, 2015, p. 64). Procurando explorar as implicações de tal afirmação na perspectiva das lutas e movimentos de resistências, parece-nos que a principal ausência refere-se à produção social de instituições políticas que expressem e sustentem o potencial libertário da transformação social gerada pela terceira revolução tecnológica. O horizonte aberto com essa revolução tem sido apropriado, em termos de economia capitalista, pelo processo de financeirização, o qual, dentre muitas contradições, revela a atualidade da máxima de que “o capitalismo não pode existir sem o Estado, porque este último é agente decisivo na sua expansão”. (KARMY, 2015, p. 71).

A reflexão que propomos não visa analisar esse processo numa perspectiva econômica, mas sociológica, balizada pela compreensão de que as transformações e tensionamentos hoje vividos resultam menos do avanço capitalista do que dos movimentos de resistência, insurgidos em todo canto, impondo-se como o terceiro excluído da economia política moderna, ancorada na relação entre trabalho assalariado e capital. Para compreender essa leitura é preciso evidenciar a recusa produtiva gerada nas frestas da sociabilidade hegemônica induzida por essa relação. Tal recusa se apresentou no centro do processo, que tem como principais referências geográficas a Europa Ocidental e a América do Norte, com a emergência de pautas e contestações trazidas por movimentos plurais, de caráter fortemente cultural, que revelavam os limites do jogo instituído de representação e ação política, mediado oficialmente por partidos e sin-

dicatos, e que não comportava a recusa da relação salarial. Uma recusa que colocaria em primeiro plano os mecanismos de controles constitutivos dessa sociabilidade, a saber, as relações de gênero, familiares, raciais, pautadas pela centralidade de um conhecimento científico positivista – negador de saberes outros, e pela centralidade do consumo massificado como máquina de produção de vidas serializadas. Por outro lado, na periferia deste processo colonizador, um laboratório de insurgências foi-se engendrando, expressando cosmovisões negadas e silenciadas desde a perspectiva central dessa sociabilidade. Todos esses movimentos convocam, ou melhor, podem ser interpretados tendo a democracia como signo em disputa.

Isto nos remete ao fato de que o Estado de Direito Moderno, sobre o qual se erigiu o modo de produção capitalista e seu regime de forças, edificou-se incorporando este signo como elemento fundamental de legitimação. A obra de Antonio Negri expôs de modo contumaz a arbitrariedade dessa incorporação, efetivada com a redução da democracia a um conjunto de dispositivos de representação. Ou seja, se o Capital tem como outra face o Estado de Direito Moderno, este tem como uma dobra interna a concepção liberal de democracia, fundada na representação, na propriedade como valor e sentido último da existência, e no indivíduo como ficção social e jurídica. Nesses termos articulou-se uma concepção procedimentalista da democracia, baseada no direito à representação.

Os limites e a crise dessa concepção de democracia são hoje reconhecidos em todo o mundo. A virada do século viu nascer novos modos de articulação e mobilização política, que se espalharam de modo incontornável, ampliando o repertório e o horizonte das ações coletivas. Porém este não é exatamente o tema de nossa reflexão, apenas um recurso de contextualização, já que estes movimentos recolocaram em outro plano a disputa pelos sentidos da experiência democrática. Quanto a isso, importa enfatizar uma perspectiva de leitura deste processo social a partir das resistências, primeiras, como as refere Antonio Negri e Michael Hardt (2001), o que significa compreender os desdobramentos da crise do capitalismo industrial como efeito do que chamamos de recusa produtiva, intensamente potencializada pelo novo horizonte tecnológico instaurado com a revolução digital, mas que a ele não pode ser reduzida, no sentido de uma relação estreita de causalidade.

Neste exercício de contextualização, vale lembrar que o engendramento do Estado Moderno aconteceu mediante o desenvolvimento de tecnologias de governo ancoradas justamente na condição coletiva inerente à vida humana, como as pesquisas de Foucault sobre o poder e a biopolítica tão bem evidenciaram. Esse é um ponto importante na análise

do que o autor designou como governamentalidade, conceito cuja força desconstrói nossas referências estanques sobre o que seja o Estado e os referidos conceitos fundantes da concepção liberal de democracia.

Chegamos aqui a um outro aspecto central para nossa reflexão: o lugar das políticas públicas nesse processo histórico. A literatura, em especial no campo da Ciência Política, oferece diferentes definições de Políticas Públicas, as quais têm em comum, numa análise rápida, a noção de governo como um ator institucional. Para os fins almejados em nossa reflexão, podemos usar esse elemento comum, descolando-o, em contrapartida, da noção de ator institucional e remetendo-o ao plano da governamentalidade, compreendida como um

[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bem específica e complexa de poder. Tal poder tem a população como alvo principal, a economia política como forma de saber mais importante e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos. (ALVES, 2016).

Neste plano, proponho analisarmos, rapidamente, as políticas públicas características do fenômeno conhecido como Estado Social, cuja emergência é situada em fins do século XIX. (GOZZI, 1998). Usualmente afirmado em contraposição à concepção liberal que inaugura o Estado de Direito Moderno, o Estado Social reforça, em uma vasta malha de exercício de poder, a “gestão direta da ordem social”, sobretudo da ordem econômica. Em seu contexto, o Bem-Estar é afirmado como objetivo da gestão do poder, visando, sobretudo, a “um progressivo e indefinido processo de integração social”. (SCHIERA, 1998, p. 431). Integração esta viabilizada por modos de governo e controle dos processos de subjetivação, constringidos às referências identitárias de determinada sociabilidade hegemônica, e articulados por complexos dispositivos, cuja natureza transversal às principais instituições modernas tiveram, e ainda têm, na disciplinarização e normalização dos corpos, objeto central de intervenção.

Do ponto de vista das lutas, os direitos sociais conquistados nesse processo histórico foram significados como “direitos de participação no poder político e na distribuição da riqueza social produzida”. (GOZZI, 1998, p. 401). Quanto a isso, compartilhamos a análise que evidencia a “imprevisibilidade dos direitos sociais”, cuja lógica do “direito a ter direitos” revelou um efeito democrático expansivo e disruptor, que desenhou definitivamente os limites da referida economia política moderna.

Contudo, é necessário inserir nessa reflexão as implicações diretas que as políticas públicas que operaram tal objetivo de integração social produziram como mecanismos de controle biopolítico, procurando conter

tais efeitos no âmbito da relação capital x trabalho assalariado. Sem atentarmos para isso, incorreremos no risco de um saudosismo surdo às lutas emancipatórias, que expressaram de diferentes formas a recusa e a resistência a este aprisionamento. São estas lutas que nos permitem afirmar que as transformações hoje vividas no capitalismo cognitivo não podem ser lidas como consequência linear do desenvolvimento tecnológico, já que este foi ensejado e apropriado em meio a um processo amplo de resistências. Eis porque colocar em análise a relação entre democracia e políticas públicas, frente à assertiva que dispara esse texto, indicando a ausência de uma economia política correspondente ao capitalismo cognitivo.

Reconhecemos as mutações ocorridas na produção do valor, o desmoronamento irrevogável (ainda que persistentemente negado pelo neodesenvolvimentismo) do capitalismo industrial, e as transformações subjetivas que emergiram deste processo. Reconhecemos também com grande facilidade a crise do sistema político representativo e a crítica à concepção de democracia que lhe corresponde. Nesse contexto, emergiu um campo de disputa relevante, que vetores conservadores esforçam-se em fechar, direcionado à dimensão pública do Estado, interrogando e questionando os modos de governo que nele se articulam. Entretanto, persiste no imaginário social e no desejo pela ampliação da democracia, uma concepção de política pública ainda referida ao Estado Social, que pouco problematiza suas implicações com a governamentalidade moderna. Para ilustrar meu argumento, proponho um rápido estudo de caso sobre o sistema de saúde brasileiro.

### **O direito à saúde na experiência brasileira**

Na década de 1970 um conjunto expressivo de lutas convergiu para a bandeira do direito à saúde, num cenário de ditadura civil-militar que intensificou de forma absurda as desigualdades, a exploração e a precarização das condições de vida da população. As modificações na demografia brasileira, em particular a rápida inversão observada entre população urbana e rural, efetivada em menos de duas décadas, somada ao desinvestimento nas políticas de saúde pública e na falta de planejamento urbano, permitiram o retorno de um conjunto de epidemias antes controladas. Esses são apenas alguns dos fatores que intensificaram os efeitos perversos do contexto autoritário, simbolizados de forma não menos perversa na famosa assertiva “é preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”.

Nesse cenário, a convergência de lutas em torno da temática da saúde apresentou algumas características que importa destacar: o direito à saúde, como reivindicação coletiva, articulava grupos mobilizados por uma pluralidade de demandas como, por exemplo, acesso à água, saneamento, moradia e democratização do Estado. A confluência dessas frentes de luta, de caráter popular, com os movimentos específicos da área da saúde, principalmente de trabalhadores, docentes e estudantes, compõe o chamado “movimento pela reforma sanitária” (BORGES, 2014), mobilizado em torno do lema “saúde é democracia”. A atuação destes diferentes grupos e sua base social foram em grande medida responsáveis pela garantia constitucional do direito à saúde, inscrito na carta magna de 1988. Necessário ressaltar que o direito formalizado se erige a partir de uma concepção ampla de saúde, inscrita no capítulo da seguridade social como atinente às políticas sociais e econômicas, a ser garantido mediante princípios de universalidade, equidade, integralidade e participação comunitária, os quais demonstram o reconhecimento jurídico da natureza expansiva e simbólica do direito, sua vinculação intrínseca com a democracia e com o ideal de justiça social.

Uma reflexão consequente sobre os percalços e avanços na materialização do direito formalmente conquistado, e hoje claramente ameaçado, excede os objetivos desse texto. Interessa-nos, ao contrário, alguns aspectos específicos desse desdobramento que enunciam os problemas antes colocados a respeito de certo imaginário social e a temática das políticas públicas.

O primeiro deles concerne ao que chamamos de convergência de diferentes frentes de luta e sua relação com o signo e o desejo por democracia. A experiência inicial do movimento sanitário foi capaz de engendrar um campo comum de lutas, que tinha por característica comportar uma politização radical das condições de vida, e de sua necessária relação com uma almejada construção democrática. Este componente, na trajetória posterior de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, de uma política pública que tinha como atribuição a concretização do direito, foi progressivamente esvaziado. Os dispositivos de participação instituídos e implementados na década de 1990, que foram os conselhos e conferências de saúde, tinham a representação como lógica estruturante, e redundaram na criação de um circuito específico de atuação, por muitos apontado como “profissionalizado”, e claramente distante do cotidiano das comunidades e da rede de serviços.

No cenário adverso de uma orientação liberal das políticas públicas, que marcou a década de 1990, a luta pela concretização do SUS avançou para o campo da gestão, setorializando de forma contumaz os significa-

dos deste direito. Em outras palavras, os sentidos políticos da luta por saúde foram-se restringindo ao setor saúde, ao acesso e consumo de serviços. Um analisador importante disto, a título de exemplo, é a compreensão sobre o trabalho na política pública de saúde. Os documentos e manifestos produzidos no contexto dos anos 1970 e 1980 articulavam o trabalho como questão central na luta por saúde, de modo que as condições de trabalho e os modos de inserção no processo produtivo eram problematizados como dimensão constitutiva do direito reivindicado. A relação entre trabalho e saúde, entretanto, tornou-se uma política específica, a política de saúde do trabalhador, que tem como lócus serviços também específicos. As demais unidades, como, e principalmente, as de atenção primária, que tiveram a partir de então uma significativa expansão com a Estratégia de Saúde da Família (ESF), não reconhecem e acolhem essa relação nas ações que realizam, assim como não têm suas portas abertas para processos participativos entretecidos no cotidiano dos serviços de saúde.

Em contrapartida, a dimensão de controle biopolítico exponenciou-se de forma contundente: as unidades de ESF passaram a chegar aonde muitas vezes nenhum outro equipamento do Estado se fazia presente, tendo um processo de trabalho articulado em torno da produção de informações e acompanhamento intensivo da vida da população, especificamente a mais pobre. Tal ampliação, entretanto, não significou acesso à integralidade dos cuidados necessários nos demais níveis de atenção à saúde, incluindo procedimentos diagnósticos e atenção especializada, por exemplo, que permaneceram regidos majoritariamente pelas relações de mercado como campo de ação da saúde complementar e suplementar.

Essas questões permitem que a análise de Foucault sobre o nascimento da Medicina Social na Europa possa ser facilmente transposta para a realidade de nosso sistema de saúde. Por exemplo, a territorialização dos serviços de atenção básica foi realizada na lógica do esquadrinhamento do território, dos movimentos, composição e características da população, estabelecendo uma relação abertamente autoritária, que tem no procedimento de “adscrição da clientela” um eixo estruturante. Os usuários dos serviços não podem escolher com quais unidades e profissionais desejam tratar-se, pertencendo, como território e população, a determinada equipe. Esse modo de funcionamento, bastante naturalizado na política de saúde, é justificado como uma necessidade incontornável do planejamento e gestão das ações e serviços. Por outro lado, o acesso a informações sobre a rede, serviços disponíveis e seus modos de funcionamento é regido por uma relação burocrática nebulosa, em certa medida kafkiana, provocando intensa peregrinação dos usuários, com baixa

transparência e caráter público: o processo de organização dos serviços e funcionamento da rede de atenção “pertence” aos gestores e, quando muito, aos trabalhadores, em seu manejo micropolítico das relações, usos e trânsitos cotidianos pelas instituições de saúde.

É claro que, ao colocar o foco nestes aspectos, deixamos em segundo plano uma série de avanços, experimentações minoritárias e movimentos, o que não nos permite analisar com rigor, nas linhas deste texto, o significado dessa imensa experiência e laboratório social que é o Sistema Único de Saúde. Contudo, essas linhas de forças compõem um cenário majoritário, ao qual se soma o fato de que a política de saúde não foi, concretamente, tratada como prioridade por nenhum governo após sua formalização, o que pode ser facilmente atestado pelo histórico subfinanciamento que a constrange. Nos últimos cinco anos houve uma modificação neste curso com a ampliação e investimento na Atenção Primária<sup>1</sup>, com a tentativa de qualificação da atenção à saúde e ampliação do acesso por meio da estruturação de redes e linhas de cuidado temáticas, e com a construção de novos dispositivos participativos. Entretanto, ainda que ponderadas as questões inerentes ao complicado federalismo brasileiro, essas iniciativas não incidiram (mesmo como pretensão) na lógica operante deste funcionamento, que tem como eixo central a racionalidade econômica e gerencial, orientada por uma perspectiva, já anacrônica, de Estado Social.

Alguns movimentos por dentro da máquina do Estado ensaiaram uma direcionalidade divergente, como o caso da Política Nacional de Humanização, o primeiro ciclo da Política de Educação Permanente em Saúde, o debate em torno ao apoio institucional como modo de gestão interfederativo, a Política de Educação Popular, de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, entre outros. Tais iniciativas tiveram expansão e/ou duração limitada, sendo sua participação no financiamento um eixo dificilmente contestável de seu papel na construção da direcionalidade da Política de Saúde.

Hoje o Sistema Público de Saúde enfrenta um contexto bastante adverso, com forte tendência e impulso de desconstrução de direitos via ajuste fiscal e financeirização. Em 2014 foi aprovada a Lei 13.019 que possibilitou, de modo inconstitucional, a abertura da assistência à saúde ao capital estrangeiro, introduzindo a financeirização do mercado da saúde de suplementar e complementar, enquanto nos últimos 10 anos, as Orga-

---

1 O Programa Mais Médicos para o Brasil efetivou um importante enfrentamento com a corporação médica na garantia de acesso e qualidade da Atenção Primária. Além dele várias outras iniciativas poderiam ser destacadas, como o PMAQ, o RequalificaUBS, Telessaúde, entre outros, apenas no campo da Atenção Básica.

nizações Sociais avançavam a todo vapor na privatização da gestão dos serviços públicos. Em março de 2015 foi aprovada a Emenda Constitucional 86, que formalizou o subfinanciamento do sistema; à qual se soma, atualmente, o projeto de emenda constitucional que pretende fixar o teto para os gastos públicos por um período de vinte anos.

Por outro lado, o movimento sanitário dificilmente poderá contar com a adesão massiva da população na defesa do sistema público de saúde. Planos de saúde representam para uma parcela expressiva objeto de desejo, ao qual hoje se sinaliza com a ampliação, proposta pelo Ministério da Saúde, do mercado de “planos populares”, mediante a diminuição de exigências da agência reguladora do setor, a Anvisa, com a finalidade exclusiva de aumentar a rentabilidade.

Esse cenário revela tanto a adversidade da conjuntura política nacional, mas também os efeitos de certa compreensão de gestão das políticas públicas, incapaz de superar a racionalidade econômica e gerencial que articulou a governamentalidade moderna. O saldo dessa análise, todavia, não possui a intenção de permanecer na consideração dos limites vividos, mas de contribuir com o desafio que se nos apresenta, de apreender e compreender o tensionamento deste regime de forças e suas linhas de fuga. Parece-me, quanto a isso, que a experiência relatada, de quase 30 anos de construção do sistema de saúde brasileiro, indica a premência de intervir na eficácia dos efeitos biopolíticos gerados pela máquina estatal, em sua condição de malha de forças articulada por pontos de condensação de poder e sobrecodificação dos fluxos sociais.

Apreender o Estado como um ente, referi-lo como instância unitária, é uma tendência de inteligibilidade muitas vezes negada formalmente, contudo persistente em práticas e discursos políticos, o que não contribui na análise dos efeitos que essa máquina de guerra é capaz de produzir, de modo difuso e descentrado. A vigência de sua lógica institucional resulta da atualização de formas de governo baseadas no esvaziamento de processos constituintes, no fechamento de processos decisórios operado desde os referidos pontos de condensação de recursos de poder, e de sobrecodificação dos fluxos sociais por um conjunto de mecanismos discursivos e práticas materiais de controle biopolítico. O não reconhecimento dessa dinâmica em sua capacidade de produzir duração, no sentido de efeitos de permanência mediante a regulação dos processos sociais, pode resultar em duas posturas igualmente problemáticas: a suposição de que se poderia efetivar um projeto de governo de natureza distinta desde a ocupação formal de posições de direção, caso do movimento sanitário; ou, ao contrário, a suposição de que sua superação pode prescindir da transformação imanente dos dispositivos constitutivos dessa malha de forças.

Nesse sentido, ainda que não tenhamos uma economia política correspondente à realidade do capitalismo cognitivo, sua vigência assenta-se, de modo claro, na capacidade desta máquina de guerra de exercer poder imediatamente repressivo, mas também discursivo, na perspectiva foucaultiana, operado concretamente por um conjunto de políticas públicas.

### **Capitalismo contemporâneo: mutações do trabalho e da produção do valor, transformações do governo**

Nesse contexto, o papel estrutural que as finanças desempenham no capitalismo contemporâneo assenta-se, como expõe Giuseppe Cocco (2015), na mobilização estratégica do trabalho, feita não mais por dentro da relação salarial, mas diretamente nos meios e formas de vida, como mobilização de subjetividade. Essa característica instituiu um novo regime de acumulação baseado na relação de débito e crédito como reguladora dos modos de circulação, uso e acesso a bens materiais e imateriais, principalmente serviços, fonte de produção de valor intangível, que resulta da cooperação social também difusa e descentrada, mas concretamente expropriada. A especulação imobiliária é um bom exemplo dessa hipótese analítica, intervindo de forma transversal nas grandes metrópoles do mundo, tendo sido, inclusive, epicentro da primeira grande crise desse regime de acumulação. O papel e a ação do Estado nessa crise, por sua vez, também evidenciaram o regime simbiótico que sustenta tal expropriação, atualizando a velha máxima da privatização dos ganhos e socialização dos custos e perdas, em detrimento dos mais pobres.

O fato de que a expropriação hoje ocorra diretamente na apropriação de meios, condições e formas de vida convida-nos a atualizar tanto a disputa pelo signo da democracia como a compreensão em torno da questão das políticas públicas. Para tanto, é fundamental desconstruir seu vínculo com as referências modernas que a constrangeram numa economia política hoje gasta e esvaziada, a fim de evitar a diluição de sua potência e capacidade de mobilização, como observado no processo da reforma sanitária brasileira. Este, que chegou a expressar um conjunto de lutas articuladas na afirmação da vida como valor imanente, foi-se desdobrando no plano concreto das políticas públicas sem conseguir intervir e fazer diferir a racionalidade econômico-gerencial do Estado, em sua intencionalidade de controle biopolítico. O reconhecimento deste vetor resultante, que, portanto, não nega o tensionamento de inúmeros vetores outros, em múltiplas direções, faz-nos propor a análise de alguns aspectos, considerados relevantes para o desafio permanentemente aberto de

produção de novas institucionalidades, neste cenário marcado por intensas transformações da dinâmica produtiva capitalista, da sociabilidade e dos mecanismos de expropriação e manutenção do controle biopolítico.

### **A hipótese da democracia estrangeira**

A questão democrática colocada pelo jogo entre lutas e mecanismos de expropriação contemporâneos expõe a constituição do(s) sujeito(s) político(s) como problema fundamental. O conceito de multidão, de Antonio Negri e Michael Hardt, explicita essa perspectiva de forma especialmente interessante, ao partir da recusa tanto da noção de indivíduo como de povo, marcas da economia política e da soberania modernas. Para os autores, a multidão concerne à potência e à imanência de uma multiplicidade incomensurável, que não pode ser representada, e que é a base da cooperação social. (NEGRI, 2004). Nessa medida, “a produção de subjetividade, enquanto produção que o sujeito faz de si mesmo é, *simultaneamente*, produção da consistência da multidão – já que a multidão é um conjunto de singularidades”. (NEGRI, 2004, p. 19). Como dito por Cocco, a

[...] abordagem da multidão como categoria sociológica nos permite, enfim, dizer algo sobre a pertinência desse conceito: fora das dinâmicas de sua constituição, não há multidão dada a priori. O homem não nasce “civilizado”, dizia Spinoza, mas se constitui como tal. (COCCO, 2015, p. 55).

Logo, tal processo de constituição é o cerne da questão democrática contemporânea, e assim, é preciso avançar a reflexão em relação aos aspectos que o regulam e cerceiam na dinâmica capitalista, de modo geral, mas principalmente no que diz respeito à emergência e configuração do capitalismo cognitivo. Nesse ponto, parece-nos haver uma especificidade que não chega a ser uma inovação, em relação ao cenário da biopolítica moderna e de suas institucionalidades, mas que talvez seja o elemento nevrálgico na articulação do controle às resistências produtivas que constituem multidão, como exposto no início do texto.

Trata-se do *apartheid* como modo de regulação e contenção da diferença no plano da sociabilidade. Um mecanismo de modulação que incide particularmente na virtualidade do movimento multitudinário, quando este expressa novos modos de reciprocidade e reconhecimento, necessários à experiência política de produção do comum em sua capacidade de desfazer as referências identitárias que organizaram a modernidade em torno das categorias indivíduo e povo. O *apartheid*, nestes termos, evidencia-se em dois aspectos fulcrais: 1) no estancamento da mobilidade e do fluxo; e 2) na contenção do acesso ao patrimônio humano comum.

Quanto à mobilidade e ao fluxo, as fronteiras do Estado Nacional permanecem paradigmáticas, numa relação aparentemente dissonante ao processo de financeirização. Dissonância apenas aparente, posto que a ampla circulação do Capital se faz assegurando a fixação dos corpos e procurando incidir na potencialidade das trocas virtuais. A contenção dos fluxos migratórios e mais, a produção ativa da xenofobia como posição/ reação âncora da subjetividade, são aspectos essenciais a essa regulação, na medida em que a multidão é multidão de corpos:

As metafísicas da individualidade (e/ou da pessoa) constituem uma horrível mistificação da multidão de corpos. Não existe nenhuma possibilidade de um corpo estar só. Não podemos sequer imaginar tal coisa. Quando se define um homem como indivíduo, quando ele é considerado fonte autônoma de direitos e de propriedade, ele se torna só. Mas o si mesmo não pode existir fora de uma relação com um outro. As metafísicas da individualidade, ao se confrontarem com o corpo, negam a multidão que constitui o corpo para poderem negar a multidão de corpos. (NEGRI, 2004, p.21).

Tal negativa, ancorada na produção ativa do *apartheid*, tem na experiência brasileira uma referência importante de exercício biopolítico. A especificidade dessa experiência reside na capacidade de modular, com impressionante precisão, fronteiras e fluxos de modo imanente às dinâmicas das cidades, internalizando com alguma fluidez o rígido efeito dos limites nacionais em dobras moventes, e produzindo com isso um estado permanente de sítio, de exceção, focalizado em determinados territórios. Os efeitos dessa regulação incidem diretamente nos corpos dos pobres e negros, muitas vezes migrantes, como exposição crua à violência de Estado. Eles também se espriam no plano da sociabilidade como medo difuso e permanente, facilmente mobilizado e direcionado para rejeição do outro, sujeito a quem estranho, como não pertencente ao meu mundo de referências identitárias. As dobras ensejadas nessa forma de modulação dos fluxos sociais enrijecem-se como fronteiras bem delineadas, todas as vezes em que a experiência comum expõe o mal-estar dos mecanismos de confinamento (subjetivo) e controle biopolítico.

Ampliando a análise para as dinâmicas globais, não é difícil reconhecer a centralidade e atualidade das lutas em torno dos fluxos sociais. Consta-se pouco, no discurso hegemônico, a fluidez e liberdade de movimentação do capital, ao passo que a busca por novos horizontes e possibilidades de imensos grupos humanos tornou-se alvo de reações conservadoras violentas, com repercussão nefasta na sociabilidade e no reconhecimento dos direitos humanos. Esse aspecto, constitutivo das lutas modernas que se intensificou exponencialmente na contemporaneida-

de, precisa ser um balizador fundamental para a reflexão dos modos de ação e intervenção nas políticas públicas, para que seja possível contaminar a máquina de guerra do Estado com a experiência pública do comum. Esse talvez seja um dos mais prementes horizontes de disputa da atualidade, dada a capacidade de articulação reativa que os dispositivos de controle têm demonstrado, atualizando a vigência da expropriação capitalista, ainda que com velhos mecanismos de soberania.

O caso do sistema de saúde brasileiro permite-nos algumas elucubrações, dada a duração e mobilização que foi capaz de engendrar como laboratório social de tessitura de direitos. Como relatado, os serviços e redes de saúde articulados ao longo do tempo têm no controle dos fluxos da população uma espinha dorsal, ainda que permanentemente falha. Os usos e itinerários buscados pelos usuários burlam insistentemente as normas instituídas sendo, por outro lado, insistentemente negados na condução das políticas e programas, em nome de uma preocupação canônica com a lógica do planejamento, desde a perspectiva do controle e da antecipação.

Quanto a isso, podemos destacar que a construção da política de saúde brasileira não logrou intervir nos estriamentos territoriais, políticos e subjetivos vigentes. O principal indicador desta avaliação é a percepção generalizada de que o SUS é para os pobres, para aqueles que não dispõem de recursos para garantir acesso à saúde via consumo. Somado a isso, a reificação de referências identitárias hegemônicas em certa medida organizou o desenvolvimento da política, mesmo em termos de participação institucionalizada, podendo ser facilmente observada nas práticas cotidianas, nas quais há pouca circulação e mobilização subjetiva para a experiência da diferença. Do ponto de vista formal da política essa característica redundou na multiplicação e fragmentação da política de saúde em inúmeras políticas específicas, cada qual circunscrevendo uma identidade claramente objetivável e dificilmente isolada na vivência concreta dos sujeitos: saúde da mulher, da criança, do homem, do idoso, da população negra, da pessoa com deficiência, saúde mental e do trabalhador, são apenas alguns dos exemplos.

Estes apontamentos ajudam-nos a compreender que afirmar as políticas públicas como campo de batalhas biopolíticas implica forçar a abertura de seu horizonte teleológico, recusando um fechamento arbitrário do possível, uma contenção dos processos institucionais em rotas já conhecidas. Sem isso, permanecerão como instrumento de regulação e sobre-codificação dos fluxos sociais.

Para tanto, é preciso escapar das expectativas que constroem a política pública como um “empreendimento de modelização” (JULIEN, 1998),

baseado na formalização de cadeias lineares de causalidade, de que derivam um conjunto de pressupostos e operações “lógicas”, que articulam os meios empregados aos fins desejados. Nesses termos, a política pública tem-se conformado como modelo que se impõe à realidade, esperando conter seus desdobramentos dentro dos cenários e resultados esperados. Sair desse plano de atuação demanda, entre outras coisas, uma recusa em determinar, desde os pontos de condensação de recursos de poder e de decisão da malha do Estado, o processo de materialização da política, em prescrever seus objetivos e meios de concretização.

A intuição quanto à recusa da teleologia nas políticas públicas pode ser comparada com os próprios processos de financeirização, que em grande medida responderam ao desejo de uma relação aberta e arriscada com o porvir. Tratou-se, concretamente, de uma resposta estrategicamente aprisionada na relação de crédito, instaurada como forma de sujeição, mas cuja legitimidade e capacidade de mobilização subjetiva é justificada no horizonte futuro. A potência produtiva que essa relação foi capaz de sustentar exponenciou a produção do valor, tendo como contrapartida um novo regime de acumulação baseado numa economia subjetiva que tem na dívida uma relação de poder universal, capaz de incluir a todos e, preponderantemente, o próprio Estado. (LAZZARATO, 2015). Uma dinâmica que atualizou a subordinação das políticas públicas à racionalidade gerencial econômica, imposta de forma contraditória, e cada vez mais drástica, no imperativo do ajuste fiscal. Contraditória justamente porque a produtividade alcançada resulta da cooperação social, do acesso a bens materiais e imateriais, muitos dos quais socializados pelas políticas públicas do Estado Social. Esse enredamento, por sua vez, restringiu de forma também drástica o plano de reconhecimento e legitimidade dos direitos sociais, tendo um impacto nefasto no acesso de grandes contingentes humanos às condições e meios de vida que respondem, atualmente, pela produção imaterial no capitalismo cognitivo.

Chegamos, assim, ao segundo ponto dessa reflexão: a questão do acesso ao patrimônio humano comum. Este ponto requisita, de partida, um reposicionamento em nossa compreensão do comum, ou seja, uma inversão da assertiva tão própria à teoria política moderna, que legitima o ordenamento estatal como garantia do bem comum. Essa operação, coração da ideia cada vez mais frágil de soberania nacional, justificou as fronteiras e a recusa ao estrangeiro, aquele que difere da sociabilidade hegemônica, forjada pelos dispositivos e instituições disciplinares característicos da modernidade.

A inversão referida consiste em reposicionar o comum não como resultado, mas como premissa constitutiva da condição humana, de seres

de linguagem, cuja existência advém da relação com o outro, em necessária interdependência. Todo desenvolvimento humano depende de interação social, se realiza no encontro com o outro, mediante o acesso a um patrimônio comum, de natureza cultural. Essa é a base de uma imensa, incomensurável trama interdependente de relações que conforma nossa natureza existencial de seres sociais. A ação de cooperação social surge dessa condição e assim,

o desenvolvimento socioeconômico da comunidade humana encontra-se no mesmo eixo (ético e operacional) do processo de desenvolvimento individual e, portanto, não pode o primeiro se realizar às expensas deste último, sem se transformar num mecanismo constitutivamente antissocial... (MATURANA e VARELA, 1995, p. 50).

Essa inversão implica o reconhecimento do outro, em sua diferença, como condição e possibilidade de sua própria existência. Ao mesmo tempo, interroga politicamente o regime contemporâneo de acumulação, erigido na regulação do acesso e distribuição dos bens imateriais e materiais, efetivado pelo cerceamento da mobilidade urbana, dos serviços primordiais que respondem pela constituição histórica dos sujeitos, justamente nesse entrecruzamento em que os desenvolvimentos individual e social não podem ser dissociados.

Este, um modo bastante específico de *apartheid*, também encontra na experiência brasileira uma referência paradigmática. Os estriamentos biopolíticos vivenciados no contexto brasileiro têm uma clara correspondência ao acesso dos diferentes grupos sociais ao patrimônio humano comum. Essa característica é especialmente perversa, porque tem um efeito biopolítico salutar: é capaz de inviabilizar o acesso a este patrimônio, mesmo em condições em que ele está formalmente disponível. Isto porque o não desenvolvimento de recursos cognitivos e de diversificação de vivências culturais restringe as possibilidades de uso e de produção de valor a partir de conhecimentos e informações disponibilizadas, por exemplo, no mundo virtual. Podemos supor que a sofisticação e ampliação dessa forma de *apartheid* seja uma tendência importante de ser acompanhada e refletida, dada sua capacidade de instaurar novas tecnologias de governo, efetivas justamente por prescindir da contenção do desenvolvimento tecnológico, atuando de forma modular na constituição dos sujeitos políticos, em sua expansão multitudinária.

Toda intervenção guiada pela restrição e privatização dos serviços públicos, como educação, saúde, transporte, habitação, cultura, comunicação etc., incide como controle biopolítico sobre a capacidade produtiva de constituição e cooperação dos sujeitos. Daí identificarmos a disputa por políticas efetivamente públicas, que expressem e sustentem o poten-

cial libertário da transformação social em curso, como o problema maior da democracia a ser ainda inventada. Por outro lado, não podemos diminuir nessa análise a resistência e as lutas direcionadas aos mecanismos de controle biopolítico que as políticas públicas operaram no Estado Social.

Por este motivo, o ajuste fiscal em pauta hoje no Brasil representa uma reação que nos traz, concretamente, o risco de o direito à saúde tornar-se uma mercadoria barata, a reproduzir os estriamentos e regulações historicamente dominantes. Entretanto permanece em aberto a resignificação deste direito como relativo a um pertencimento comum, ao processo social de afirmação do direito à existência e ao patrimônio humano comum.

A urgência da reinvenção destes serviços por meio de políticas efetivamente públicas, ou melhor, comuns, precisa considerar as interrogações feitas anteriormente a respeito da recusa aos empreendimentos de modelização. Nesse sentido, o problema atual no plano das políticas públicas recoloca no cenário político a luta por liberdade, insígnia tão pouco acolhida pela tradição do pensamento de esquerda.

A noção de liberdade não é aqui evocada como o oposto da interdependência, da condição de ser determinado. Isto porque liberdade e autonomia precisam ser pensadas em meio ao problema de sua composição com o plano dos pertencimentos e suas derivações éticas e políticas. Trata-se, assim, de reinventar o problema da liberdade como horizonte político descolado das fronteiras e *apartheids* instaurados pela ficção jurídica e social da noção de indivíduo, fundamento da soberania nacional, e de suas correlatas fronteiras territoriais e subjetivas.

O fato de que até agora a vida cultural dos diferentes povos da Terra esteja centrada na defesa das fronteiras de suas certezas particulares não é mais que um signo de que nossa humanidade ainda não se encontrou consigo mesma nem assumimos plenamente o que significa ser humano. (MATURANA e VARELA, 1995, p. 45).

Nesse sentido, a democracia nos é ainda estrangeira e, ironicamente, apenas pode ser engendrada desde a experiência da condição estrangeira, como vivência intensiva da mobilidade (subjetiva) e do contato com o que nos é estranho e desconhecido.

## Referências

ALVES, Munís Pedro. O que é governamentalidade? In: *Tempos Safados*: contemporaneidades e humanas em geral. Disponível em: <<http://tempossafados.blogspot.com.br/2012/09/o-que-e-governamentalidade.html>>. Acesso em: 08 set. 2016.

BORGES, Camila Furlanetti; BAPTISTA, Tatiana Vargas Farias; MATTOS, Ruben de Araújo. Um ensaio sobre a ideia de reforma sanitária brasileira. In: GUIZARDI, Francini L.; NESPOLI, Grasielle; CUNHA, Maria Luiza Silva; MACHADO, Felipe; LOPES, Marcia. (Org.). *Políticas de Participação e Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014, p. 37-58.

BOUTANG, Yann Moulier. A financeirização e as mutações do capitalismo. In: *Revista IHU On-Line*, ed. 468, de 29 de junho de 2015, pp. 32-41.

COCCO, Giuseppe. O capital que neutraliza e a necessidade de uma outra esquerda. In: *Revista IHU On-Line*, ed. 468, de 29 de junho de 2015, pp. 50-59.

GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUITO, *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 11. ed., vol 1, p.401-409, 1998.

KARMY, Rodrigo. A democracia gerencial em crise e a potência anárquica do poder destituente. In: *Revista IHU On-Line*, ed. 468, de 29 de junho de 2015, pp. 66-73.

JULIEN, François. *Tratado da eficácia*. São Paulo: Editora 34, 1998.

LAZZARATO, Maurizio. O “homem endividado” e o “deus” capital: uma dependência do nascimento à morte. In: *Revista IHU On-Line*, ed. 468, de 29 de junho de 2015, pp. 46-49.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. Campinas, SP: Psy II, 1995.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 414p.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*, n. 19-20, 2004, pp. 15-26.

SCHIERA, Pierangelo. Estado Moderno. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUITO, *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 11. ed., vol 1, p.425-431, 1998.

ZAMAGNI, Stefano. A economia como o reino dos fins e a política, o reino dos meios. In: *Revista IHU On-Line*, ed. 468, de 29 de junho de 2015, pp. 60-65.

## Publicações do Instituto Humanitas Unisinos



Nº 48 – *Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista *IHU On-Line* e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 115 – *A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas* – Castor Bartolomé Ruiz

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



Nº 53 – *Por Onde Navegam?* – Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo – Hilário Dick, José Silon Ferreira & Luis Alexandre Cerveira

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 250 – *A Liberdade Viggiada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais – Thomas Kesseling*
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívil* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigia: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende



**Francini Lube Guizardi.** Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000), com mestrado (2003) e doutorado (2008) em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pesquisadora em saúde pública da Fundação Oswaldo Cruz, no Laboratório de Educação, mediações tecnológicas e Transdisciplinaridade em saúde, da Escola Fiocruz de Governo/ Fiocruz Brasília. Compõe o Núcleo de Estudos em Democratização e Sociabilidades na Saúde (NEDSS) e o Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS).

Atua como editora júnior da Revista Interface – saúde, educação e comunicação. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, principalmente nos temas: educação profissional em saúde, políticas públicas, Estado e democracia institucional.

### **Algumas obras da autora**

GUIZARDI, Francini Lube. A autocrítica necessária: notas sobre os desafios do controle social na saúde. *RECIIS. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde* (Edição em Português. Online), v. 9, p. 1-7, 2015.

\_\_\_\_\_; NESPOLI, Grasielle; CUNHA, Maria Luíza Silva; MACHADO, Felipe; LOPES, Marcia (Orgs.). *Políticas de Participação e Saúde*. Recife/ Rio de Janeiro: Editora Universitária – UFPE/ EPSJV, 2014.

\_\_\_\_\_; LACERDA, Alda; MACHADO, Felipe (Orgs.). *Democratização e novas formas de sociabilidade em saúde no contexto latino-americano*. Rio de Janeiro – Recife: EPSJV – UFPE, 2013.

\_\_\_\_\_; PINHEIRO, Roseni; SILVEIRA, Rodrigo; LOFEGO, Juliana; LEAL, Oswaldo (Orgs.). *Apoiando a Gestão do SUS em Rio Branco – Acre: A estratégia da incubadora de integralidade no desenvolvimento institucional*. Rio de Janeiro: Cepec – IMS – Uerj – Abrasco, 2013.



**UNISINOS**